

GUINÉ-BISSAU: UM PROCESSO EM MARCHA

proibido em 1815 o comércio de escravos continuará ainda por muito tempo na Guiné, até aos fins do século XIX".

Pouco a pouco, o comércio de escravos foi sendo substituído pelo de produtores locais: óleo de palma e coconote, amendoim (desde 1840-1850) e depois borracha (sobretudo a partir de 1890).

A exportação destes produtos é a importação, em troca de produtos europeus (tecidos e álcoois principalmente) foram rapidamente monopolizados por algumas grandes sociedades europeias de comércio. Dada a pobreza de Portugal, foram sobretudo casas francesas (como a Companhia Francesa da África Ocidental, de Marselha) ou alemãs (como Rudolf Titzck e Cia., de Hamburgo) que desempenharam o papel principal.

Assim, no início do século XX (1905-1914) o comércio externo da Guiné é controlado por sete casas comerciais: três francesas, uma alemã, uma belga, uma franco-inglesa e uma só portuguesa, a Sociedade A. Silva Gouveia. O amendoim e a borracha são principalmente exportados para França; o coconote é exportado para a Alemanha, que fornece em troca o álcool. Entre 1903 e 1913, apenas 18 por cento do comércio externo da Guiné é feito com Portugal. Após a guerra de

1914-18, que paralisou o comércio com a Alemanha e diminuiu aquele que se fazia com os outros países, a parte do comércio com Portugal sobe para 25 a 30 por cento, situação que semantém até 1927.

Nesse ano, o fascismo de Salazar, imposto a Portugal em 1926, estabeleceu um regime alfandegário que penaliza fortemente o comércio com outros países que não sejam Portugal, regime que será reforçado em 1932 e que se destinava a proporcionar à burguesia financeira portuguesa maiores benefícios na exploração colonial. Assim, as companhias estrangeiras são forçadas a abandonar os seus entrepostos e o comércio de produtos torna-se monopólio quase absoluto da Companhia União Fabril (C. U. F.), que controla também os transportes através da sua filial Gouveia.

Desde 1930, 70 por cento das exportações destinam-se a Portugal. Mas dada a fraqueza industrial e financeira portuguesa, para fazer face às despesas de administração e ocupação, o governo português instituiu impostos: além dos direitos de alfândega, um regulamento de 1903 criou um imposto de palhota, recebido através dos chefes locais. De 1903 a 1904 o volume desse imposto passa de 10 000 para 81 300 escudos. Foi a instituição e a cobrança deste imposto de palhota que desempenhou um papel decisivo no início da revolta e da resistência do povo da Guiné contra o colonizador.

OS chefes do interior do território, que tinham aceitado o colonizador para consolidar o seu próprio poder, começam a ficar desiludidos com as exigências em matéria de impostos. Uma revolta dos chefes fulas, em 1907-1908, necessitou de duas colunas militares enviadas expressamente da Metrópole. Depois de vencidos os Fulas, desde então uti-

lizados como auxiliares militares dos portugueses, entra-se na "pacificação" e ocupação de outras zonas do interior, sobretudo realizada entre 1913 e 1915 por Teixeira Pinto, um capitão que a história do P. A. I. G. C. classifica de "massacrador sanguinário". Na realidade, em 1915, os abusos que cometeu



levaram à sua destituição pelo Ministério das Colónias. Entretanto, com mais dificuldade, vai prosseguindo a campanha de "pacificação" dos Bijagós.

O imposto de palhota, a que se submetia o indígena, era obrigatório tanto para pobres como para ricos. Além dele, havia o imposto

dissolvida quatro anos depois, acusada da responsabilidade da revolta indígena de 1915.

O primeiro núcleo do ideal nacional foi criado, sob o nome de "Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos", em 1953, por alguns estudantes regressados de Portugal. No ano seguinte, a associação foi proibida pelas autoridades portuguesas.

Quando o movimento de libertação nacional se desenvolvia pelo mundo, foi criado o M. I. N. G. (Movimento para a Independência Nacional da Guiné), que se revelou frágil. Apesar das tentativas do governo português em "isolar" as suas atrasadas colónias das influências internacionais libertadoras, a caminhada para a independência iria começar, em Setembro de 1956, com a formação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P. A. I. G. C.), o instrumento político e militar da libertação nacional.

AMÍLCAR Cabral, com cinco companheiros, criou, em 19 de Setembro de 1956, o P. A. I. G. C. Este acontecimento é celebrado, no novo país, como decisivo na história nacional e o instrumento fun-

do em que instalou um Secretariado-Geral em Conakry, capital da República da Guiné. Abriu também uma delegação em Dakar e numerosas representações diplomáticas em vários países africanos e na Suécia.

Nos seus princípios, o P. A. I. G. C. definiu uma ética de ajuda exterior que consiste em "nunca pedir a ajuda de que necessita de facto, mas esperar que cada um, em consciência, dê a ajuda que pode dar. No plano da ajuda, o P. A. I. G. C. nunca deixou de salientar a importância da ajuda dos países socialistas e, sobretudo, da União Soviética, porque essa ajuda é um facto concreto e real e o P. A. I. G. C. não esconde a realidade, por oportunismo, mesmo que isso não agrade a toda a gente".

A sua divisa é "Unidade e Luta" e elaborou o seu próprio sistema de pensamento político. Amílcar Cabral, anos mais tarde assassinado, num "complot" em que se acusa a P. I. D. E. de participação fundamental, é justamente considerado, internacionalmente, como um dos grandes pensadores políticos africanos.

A organização económica e política lançadas pelo P. A. I. G. C. nos vastos territórios



ã na vigência do II Governo Provisório da II República, o general António de Spínola, em proclamação solene ao país e ao mundo, reconheceu o direito à independência para a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Quanto a Cabo Verde, arquipélago que era reivindicado pelo novo país, a decisão deverá partir do próprio povo cabo-verdiano.

de consumo, que aumentava o preço das mercadorias de uso corrente, importadas.

Por outro lado, o indígena era submetido ao trabalho forçado e a penas de prisão convertíveis em trabalho forçado. Em 1954, o estatuto do indigenato mantinha o princípio legal do trabalho forçado. Condenado pelas Nações Unidas, Portugal foi obrigado a renunciar, em 1961, pelo menos no papel, ao indigenato. Todavia, os cidadãos de Cabo Verde, são levados, pela fome ou pela repressão, a engajarem-se, como "contratados" por quatro anos a fim de irem trabalhar nas plantações de São Tomé e de Angola.

Na Guiné, ainda havia a "cultura obrigatória", principalmente do amendoim. O camponês era obrigado a uma cultura, mesmo que fosse mal paga e mais desvantajosa do que outra, como o arroz.

Considerada como uma das anunciadoras do movimento de libertação nacional, a Liga Guineense, criada em Bissau, em 1911, foi

damental que o libertou do jugo estrangeiro, permitindo à Guiné retomar o curso da sua história que fora interrompido pela conquista e dominação colonial portuguesa.

Partido que se definiu democrático, progressista, anticolonialista e anti-imperialista, o P. A. I. G. C. desde sempre obedeceu às "Palavras de Ordem" do seu fundador e primeiro secretário-geral, Amílcar Cabral: "praticar, em todos os aspectos da vida do Partido, a democracia revolucionária. A democracia revolucionária exige que o militante não tenha medo do responsável, que o responsável não tenha receio do militante nem medo das massas populares. Exige que o responsável viva no meio do povo, à frente do seu povo e atrás do seu povo, que trabalhe para o Partido ao serviço do povo".

A luta do P. A. I. G. C. começou em 1961,

que foi progressivamente libertando da dominação portuguesa granjearam apreço internacional, nomeadamente através do relatório de uma comissão das Nações Unidas ali enviada para observar o trabalho feito.

Hoje é Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, quem preside aos destinos no novo país, ocupando o lugar correspondente a presidente da República. Quanto ao P. A. I. G. C., trave mestra do novo país, é dirigido por Aristides Pereira, o adjunto de Amílcar Cabral que sucedeu após a morte do grande fundador (que sempre desejou entrar em contactos para a paz com os governos fascistas portugueses), ocorrida na República da Guiné. O P. A. I. G. C. — o mais conhecido e considerado dos movimentos de libertação africanos — é "a força dirigente da nova sociedade" no novo país africano.

